



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com

CEP 87220-000

–

SÃO TOMÉ

–

PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 372/2025

SÚMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/PR A ABRIR LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO AO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA E INTERNET INTERESSADAS NA UTILIZAÇÃO GRATUITA DE TORRES ESTAIADAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir licitação na modalidade de *chamamento público* para o credenciamento de empresas prestadoras de serviços de tecnologia e internet que tenham interesse em utilizar, de forma gratuita, torres estaiadas pertencentes ao Município de São Tomé/PR.

§ 1º As torres mencionadas neste artigo possuem, aproximadamente, 30 (trinta) metros de altura cada uma e encontram-se instaladas em áreas de propriedade pública.

§ 2º A cessão gratuita de uso das torres tem como objetivo fomentar a expansão do acesso à internet no território municipal, promovendo a inclusão digital e o desenvolvimento tecnológico local.

Art. 2º O edital de chamamento público deverá conter, no mínimo:

I – o quantitativo de torres bem como os critérios técnicos e operacionais para o uso das torres;

II – as contrapartidas mínimas exigidas das empresas credenciadas, especialmente no tocante à segurança, manutenção e não interferência com equipamentos públicos eventualmente instalados nas estruturas;

III – o prazo de vigência do credenciamento;

IV – as condições para eventual revogação ou suspensão da autorização de uso.

Art. 3º O uso das estruturas não gera vínculo empregatício, societário, contratual ou obrigacional entre o Município e as empresas credenciadas, exceto pelo estrito cumprimento das regras fixadas no edital e no termo de credenciamento.



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com

CEP 87220-000

–

SÃO TOMÉ

–

PARANÁ

Art. 4º O Município poderá, a qualquer tempo, revogar a cessão de uso gratuita em caso de descumprimento das regras estabelecidas, de interesse público devidamente motivado ou necessidade de uso prioritário pela administração.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA”, AOS 14 (CATORZE) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.


JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 75 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com

CEP 87220-000

–

SÃO TOMÉ

–

PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 372/2025

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Município de São Tomé/PR a realizar chamamento público para o credenciamento de empresas de tecnologia e internet interessadas na utilização gratuita de torres estaiadas de propriedade municipal.

Atualmente, o Município possui três torres metálicas estaiadas, com aproximadamente 30 (trinta) metros de altura cada, em pleno funcionamento e com condições estruturais adequadas para instalação de equipamentos de telecomunicação e tecnologia. Entretanto, tais estruturas encontram-se subutilizadas, representando um ativo público de alto potencial estratégico para fomento da inclusão digital, melhoria da conectividade local e incentivo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas no território municipal.

A cessão gratuita de uso, mediante processo licitatório na modalidade de chamamento público, garantirá igualdade de oportunidades, publicidade e controle, permitindo que empresas interessadas se credenciem de forma transparente, mediante critérios técnicos previamente definidos. A medida, além de ampliar o acesso da população a serviços de internet e tecnologias da informação, não implica em qualquer ônus financeiro direto ao Município, tampouco transfere a titularidade dos bens públicos.

A proposta está em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, economicidade e legalidade administrativa, além de atender a demandas crescentes por soluções inovadoras e acessíveis no campo da conectividade digital – essencial para a educação, comércio, serviços públicos e cidadania em geral.

Diante disso, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação da presente proposição, por entendê-la de relevante interesse público.

PAÇO MUNICIPAL “ANTONIO ARICINI DA SILVA”, AOS 14 (CATORZE) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.


JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO